

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.044.057 - RS (2017/0010495-7)

RELATOR : MINISTRO NAPOLEÃO NUNES MAIA FILHO
AGRAVANTE : ELISIANE DOS SANTOS SAN MARTIN NAPARO - POR SI
E REPRESENTANDO
AGRAVANTE : GUILHERME SAN MARTIN NAPARO (MENOR)
AGRAVANTE : GUSTAVO SAN MARTIN NAPARO (MENOR)
ADVOGADOS : PEDRO ROBERTO SCHUCH - RS039635
MANOELA DE LIMA E SILVA SCHUCH E OUTRO(S) -
RS090524
AGRAVADO : UNIÃO

DECISÃO

ADMINISTRATIVO. AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. RESPONSABILIDADE CIVIL OBJETIVA. AÇÃO DE REPARAÇÃO DE DANOS. ATENDIMENTO HOSPITALAR. ALEGAÇÃO DE FALHA NO SERVIÇO PRESTADO. ATENDIMENTO MÉDICO ADEQUADO À SITUAÇÃO DE PACIENTE/GESTANTE EM RISCO. RESPONSABILIDADE CIVIL NÃO CONFIGURADA DIANTE DE AUSÊNCIA DE NEXO CAUSAL. INVIABILIDADE DE REVOLVIMENTO FÁTICO-PROBATÓRIO EM SEDE DE RECURSO ESPECIAL. AGRAVO CONHECIDO PARA NEGAR PROVIMENTO AO RECURSO ESPECIAL DO PARTICULAR.

1. Agrava-se de decisão que negou seguimento a Recurso Especial interposto por ELISIANE DOS SANTOS SAN MARTIN NAPARO - POR SI E REPRESENTANDOS, com fundamento na alínea *a* do art. 105, III da Carta Magna, no qual se insurge contra acórdão proferido pelo egrégio TRF da 4a. Região, assim ementado:

ADMINISTRATIVO. RESPONSABILIDADE CIVIL. FALHA NO SERVIÇO PRESTADO. ATENDIMENTO MÉDICO HOSPITALAR. AUSÊNCIA DE NEXO CAUSAL. DANO MORAL. NÃO COMPROVAÇÃO.

A responsabilidade objetiva estatal advinda de falha no atendimento hospitalar depende de comprovação de ato/omissão estatal, dano e nexo de causalidade.

Da análise de todas as provas constantes nos autos, verifica-se que em ambas as instituições hospitalares foram adotadas as medidas oportunas de conformidade com os procedimentos médicos usuais em se tratando de

atendimento a uma paciente que apresentava um quadro de risco como o da autora. Ausente, pois, a falha no atendimento que justifique a condenação da ré ao pagamento da indenização postulada nesta demanda (fls. 763/764).

2. Nas razões do seu Apelo Nobre inadmitido, as partes recorrentes apontam contrariedade aos arts. 186 e 927 do CC/2002, objetivando a condenação da parte agravada ao pagamento de indenização por danos morais decorrentes de falha no atendimento médico, mais precisamente a ausência de disponibilidade de leitos de UTI.

3. Com contrarrazões (fls. 787/798), o Recurso Especial foi inadmitido na origem (fls. 801/803).

4. É o breve relatório.

5. Inicialmente, é importante ressaltar que o presente Recurso atrai a incidência do Enunciado Administrativo 3 do STJ, segundo o qual, aos recursos interpostos com fundamento no Código Fux (relativos a decisões publicadas a partir de 18 de março de 2016), serão exigidos os requisitos de admissibilidade recursal na forma do novo Código

6. No mais, a modificação das conclusões do acórdão recorrido exigiria o reexame do conjunto fático-probatório, impossível nesta instância. Isso porque foi à luz dos fatos e provas da causa que o Tribunal consignou que foram adotadas as medidas oportunas de conformidade com os procedimentos médicos usuais em se tratando de atendimento a uma paciente com quadro crítico de risco. Confira-se, a propósito, o seguinte trecho do acórdão recorrido:

Ainda, a própria autora teceu as seguintes informações na peça inicial, referindo-se ao 1o. e 2o. atendimentos, respectivamente (evento1, INIC1):

(...) A Dra. Silvia (plantonista do momento) tentou de todas as formas conseguir leitos de UTI para os bebês e para mim, através da Central de Leitos do SUS, mas não conseguia.

(...) Fui muito bem tratada pelos profissionais daquele hospital, desde os médicos, as enfermeiras, os técnicos em enfermagem (que eram os que mantinham contato direto comigo e os demais pacientes) até as faxineiras, a direção e coordenação. Enfim, todos, sem exceções!(...)

Logo, da análise de todas as provas constantes nos autos, verifico que em ambas as instituições hospitalares foram adotadas as medidas oportunas de conformidade com os procedimentos médicos usuais em se tratando de atendimento a uma paciente que apresentava um quadro gestacional de risco como o da autora.

Não vislumbro, pois, a ocorrência de falha no atendimento médico que justifique a condenação da ré ao pagamento da indenização postulada nesta demanda (fls. 760).

7. Ora, entendimento diverso, conforme pretendido, exigiria o reexame do contexto fático-probatório dos autos, circunstância que redundaria na formação de novo juízo acerca dos fatos e provas, e não de valoração dos critérios jurídicos concernentes à utilização da prova e à formação da convicção, o que impede o seguimento do Recurso Especial.

8. Ante o exposto, conhece-se do Agravo para negar provimento ao Recurso Especial do Particular.

9. Publique-se.

10. Intimações necessárias.

Brasília (DF), 1º de fevereiro de 2019.

NAPOLEÃO NUNES MAIA FILHO
MINISTRO RELATOR